

CONV 297/02**WG III 15****NOTA**

de: Secretariado

para : Grupo de trabalho sobre a Personalidade Jurídica

Assunto: Nota de síntese da reunião de 19 Setembro 2002

1. O Presidente a anunciou que as deliberações do grupo deveriam começar pela análise do documento WD15 relativo às consequências da atribuição explícita da personalidade jurídica à União.
2. Efectuou-se no início um debate sobre a natureza jurídica da União. Alguns membros do grupo assinalaram que o tema não está directamente ligado à atribuição de personalidade jurídica à União. Os membros procederam depois à análise do projecto de relatório. A primeira parte relativa à aceitação do princípio da personalidade jurídica única da União foi objecto de consenso.
3. No que toca ao procedimento de negociação de acordos internacionais, alguns membros solicitaram que o relatório encerre um critério claro quanto a quem cabe negociar os acordos que incidam sobre vários dos pilares actuais. Uma parte do grupo insistiu em que o critério da "matéria preponderante" seja reintroduzido no texto do relatório. Um membro mostrou-se, porém, céptico quanto à aplicação desse critério.

4. Quanto à alteração proposta no relatório relativo ao artigo 24.º do TUE, a saber, a supressão das duas últimas frases (implicando um procedimento de ratificação nacional), a maioria do grupo deu o seu acordo, pois tal decorre da atribuição de personalidade jurídica à União. Dois membros declararam, todavia, que desejavam que se incluísse no texto do artigo 24.º do TUE uma referência à possibilidade de um Estado recorrer à abstenção construtiva, previsto no n.º 1 do artigo 23.º do TUE.
5. Quanto à representação externa da União, uma forte maioria do grupo insistiu na ideia de que o Tratado contém regras que garantem que a União possa exprimir-se a uma só voz. A este respeito, uma parte do grupo pronunciou-se a favor da fusão numa só pessoa das funções de Alto Representante e de Comissário responsável pelas relações externas. Outros consideraram mais adequado que essa questão seja analisada pelo grupo de trabalho da acção externa. A esse respeito, o Presidente convidou os membros a pronunciarem-se por escrito no prazo de 24 horas, a fim de clarificar a posição do grupo sobre este ponto.
6. A maioria do grupo pronunciou-se também a favor duma sinergia, ou até fusão, das administrações que deverão trabalhar sob a responsabilidade da pessoa em que se acumulariam as funções de Alto Representante e de Comissário, e pediu que a questão conste no relatório final.
7. Alguns membros sublinharam que o relatório dava a impressão de só fazer propostas a "direito constante", o que é redutor. Preconizaram que se adite um ponto destinado a precisar que as alterações propostas no relatório poderiam ser revistas ou completadas em função das orientações futuras da Convenção.
8. Por último, a parte do relatório relativa ao controlo jurisdicional e ao Parlamento Europeu foi objecto de assentimento geral (dois membros pediram, porém, parecer favorável do Parlamento Europeu).

9. Sobre a simplificação dos Tratados, os membros do grupo analisaram o projecto de relatório (documenta WD 16) que recebeu amplo apoio, embora alguns membros tenham emitido o desejo de aprofundar certos aspectos. O presidente referiu a este respeito que o debate sobre o assunto seria prosseguido na Convenção. Apurou-se um amplo consenso a favor da fusão dos Tratados num instrumento único em duas partes, a primeira das quais conteria as disposições de natureza constitucional.
10. Quanto à apresentação das conclusões, uma maioria do grupo deu o seu acordo. Alguns membros do grupo no entanto pediram que sejam encurtadas, ou então que se produzam dois tipos de conclusões (umas mais gerais e outras mais técnicas).
11. O Presidente comprometeu-se a apresentar um texto revisto de projecto de relatório que atenderá às posições defendidas pelos membros na reunião, no entendimento de que este texto deverá reflectir as posições maioritárias dos membros sobre todos os pontos analisados no relatório. Foi acordado que o projecto de relatório final deverá ser distribuído aos membros já a 26 de Setembro de 2002, para tenham tempo suficiente para o estudar atentamente por forma a poderem adoptá-lo na última reunião do grupo, a realizar a 30 de Setembro de 2002.
-